

Brasil fecha acordo da dívida com

bancos

O Brasil fechou ontem o acordo da dívida externa com os bancos credores depois de 11 anos de negociação. Pelas novas regras o País terá 30 anos para pagar a dívida de US\$ 50 bilhões, através da troca por cinco diferentes tipos de títulos. O anúncio foi feito ontem à noite pelo chefe de gabinete do ministro da Fazenda, Sérgio Amaral, antes que o comitê assessor divulgasse comunicado oficial sobre o acordo em Nova Iorque.

O ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, avisou ao presidente do Senado Humberto Lucena, no momento em que o acordo era assinado pelo presidente do Banco Central, Pedro Malan, em Nova Iorque. A expectativa do governo agora é pela entrada de recursos novos para a retomada dos investimentos externos.

“Com o fechamento do acordo eliminamos a incerteza quanto à capacidade de pagamento por parte do Brasil, passando a atrair mais recursos externos”, declarou Amaral.

Para ele, este será o segundo impacto do acordo com os credores. O primeiro é a redução do custo da dívida, já que o encargo fiscal será menor a partir de agora.

Embora o BC estivesse repassando apenas 50% dos pagamentos acertados no acordo de 1988, o Tesouro Nacional fazia o desembolso no valor integral ao BC. Para comprar as garantias necessárias à troca de títulos da dívida, o Brasil pagou ontem US\$ 2,8 bilhões. Em dois anos completará o depósito de US\$ 4,6 bilhões do total exigido das garantias, o que já viabiliza o País a receber empréstimos internacionais.

Os títulos antigos foram trocados por cinco diferentes tipos de novos papéis. Os principais são os bônus de desconto (35%), que mais atraiu os credores, e o bônus ao par (33,5%). Mas há ainda três outros tipos de bônus. Segundo Amaral, desde ontem, o Brasil está com títulos cotados na bolsa de Luxemburgo, com valor médio de US\$ 0,50.

A única pendência agora é com a família Dart, do grupo Dart Container Corporation, que detém 4% do valor negociado. Ontem nenhum representante do grupo apareceu para o fechamento do acordo.

O próximo passo agora, avisou, é o acerto com o Fundo Monetário Internacional e depois com o Clube de Paris, para regularizar as relações financeiras do Brasil com os credores oficiais.